

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO: PARA  
MUNICÍPIO: ANANINDEUA

# Relatório Anual de Gestão 2019

PAULO SAINT JEAN TRINDADE CAMPOS  
Secretário(a) de Saúde

# Sumário

## 1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

## 2. Introdução

## 3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

## 4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

## 5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

## 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

## 7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

## 8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

## 9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

## 10. Auditorias

## 11. Análises e Considerações Gerais

## 12. Recomendações para o Próximo Exercício

---

# 1. Identificação

## 1.1. Informações Territoriais

<b>UF</b>	PA
<b>Município</b>	ANANINDEUA
<b>Região de Saúde</b>	Metropolitana I
<b>Área</b>	185,06 Km <sup>2</sup>
<b>População</b>	530.598 Hab
<b>Densidade Populacional</b>	2868 Hab/Km <sup>2</sup>

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 13/03/2020

## 1.2. Secretaria de Saúde

<b>Nome do Órgão</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ANANINDEUA
<b>Número CNES</b>	9023127
<b>CNPJ</b>	A informação não foi identificada na base de dados
<b>Endereço</b>	ROD BR 316 KM 08 411 R LUIZ CAVALCANTE
<b>Email</b>	A informação não foi identificada na base de dados
<b>Telefone</b>	00 00000000

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 13/03/2020

## 1.3. Informações da Gestão

<b>Prefeito(a)</b>	MANOEL CARLOS ANTUNES
<b>Secretário(a) de Saúde em Exercício</b>	PAULO SAINT JEAN TRINDADE CAMPOS
<b>E-mail secretário(a)</b>	paulocamposspa@hotmail.com
<b>Telefone secretário(a)</b>	91984400377

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 13/03/2020

## 1.4. Fundo de Saúde

<b>Instrumento de criação</b>	LEI
<b>Data de criação</b>	11/1991
<b>CNPJ</b>	11.948.192/0001-89

<b>Natureza Jurídica</b>	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
<b>Nome do Gestor do Fundo</b>	CLAUDETE ISRAEL ALVAREZ

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 13/03/2020

## 1.5. Plano de Saúde

<b>Período do Plano de Saúde</b>	2018-2021
<b>Status do Plano</b>	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 15/07/2019

## 1.6. Informações sobre Regionalização

### Região de Saúde: Metropolitana I

Município	Área (Km <sup>2</sup> )	População (Hab)	Densidade
ANANINDEUA	185.057	530598	2.867,21
BELÉM	1064.918	1492745	1.401,75
BENEVIDES	187.868	62737	333,94
MARITUBA	103.279	131521	1.273,45
SANTA BÁRBARA DO PARÁ	278.151	21079	75,78

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2019

## 1.7. Conselho de Saúde

<b>Instrumento Legal de Criação</b>	LEI	
<b>Endereço</b>	ROD. AUGUSTO MONTENEGRO, KM 08 706 TORRE I Apto CENTRO	
<b>E-mail</b>	paulocamposspa@hotmail.com	
<b>Telefone</b>	9184403777	
<b>Nome do Presidente</b>	PAULO SAINT JEAN TRINDADE CAMPOS	
<b>Número de conselheiros por segmento</b>	<b>Usuários</b>	11
	<b>Governo</b>	3
	<b>Trabalhadores</b>	6
	<b>Prestadores</b>	4

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência: 201906

## 1.8. Casa Legislativa

---

### 1º RDQA

Data de entrega do Relatório

02/01/2020



### 2º RDQA

Data de entrega do Relatório

02/01/2020



### 3º RDQA

Data de entrega do Relatório

02/01/2020



- Considerações

Em cumprimento a legislação vigente, apresentamos este Relatório Anual de Gestão 2019 da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA, CNES: 9023127, localizada na Rodovia BR 316, Rua Luiz Cavalcante, 11, Centro, Ananindeua, Pará, pertencente ao 1º CRS/SESPA, região Metropolitana I, tendo Conselho Municipal de Saúde instituído por lei e composto por 24 membros, representante da gestão, trabalhadores e prestadores da saúde e usuários do SUS.

## 2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

Apresentamos este Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao ano 2019, elaborado pelos múltiplos colaboradores da SESAU Ananindeua, em consonância com a Lei Complementar Nº 141 de 13/01/2012, no seu Capítulo VI, Seção III - Da Prestação de Contas, Art. 36, configurando o compromisso da gestão de saúde com a sociedade em desenvolver estratégias de ação para o referido ano, bem como a garantir a continuidade das ações do SUS municipal ora existentes, tendo a finalidade de avaliar as ações e metas de saúde programadas, incentivando a transparência das informações para as diversas instâncias gestoras do SUS, controle social e demais órgãos de controle da gestão pública.

### 3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

#### 3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2015

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	19.623	18.590	38.213
5 a 9 anos	20.797	20.411	41.208
10 a 14 anos	22.872	22.045	44.917
15 a 19 anos	23.593	23.408	47.001
20 a 29 anos	44.675	47.006	91.681
30 a 39 anos	42.127	46.595	88.722
40 a 49 anos	31.689	35.735	67.424
50 a 59 anos	21.620	24.494	46.114
60 a 69 anos	11.337	14.090	25.427
70 a 79 anos	3.577	5.641	9.218
80 anos e mais	1.222	2.298	3.520
<b>Total</b>	<b>243.132</b>	<b>260.313</b>	<b>503.445</b>

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 16/03/2020.

#### 3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2015	2016	2017
Ananindeua	8.397	8.011	7.940

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 16/03/2020.

#### 3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2015	2016	2017	2018	2019
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2726	2885	3932	4189	4150
II. Neoplasias (tumores)	918	772	854	1099	901
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	116	105	120	118	126
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	587	441	563	613	703
V. Transtornos mentais e comportamentais	493	455	447	437	357

Capítulo CID-10	2015	2016	2017	2018	2019
VI. Doenças do sistema nervoso	145	133	140	126	117
VII. Doenças do olho e anexos	34	63	98	119	205
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	15	20	19	18	16
IX. Doenças do aparelho circulatório	2079	1689	2005	1946	1487
X. Doenças do aparelho respiratório	3132	3099	3664	3380	3259
XI. Doenças do aparelho digestivo	3403	3862	4425	4463	4943
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	377	292	290	271	343
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	716	376	382	411	433
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2296	1519	2054	3656	2747
XV. Gravidez parto e puerpério	7910	7507	7105	6954	6534
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1019	982	1043	1094	772
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	79	86	87	100	124
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	780	878	711	530	600
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	2980	2802	3373	3583	3329
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	6	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	842	817	647	620	713
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>30653</b>	<b>28783</b>	<b>31959</b>	<b>33727</b>	<b>31859</b>

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 16/03/2020.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

### 3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2015	2016	2017
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	183	163	167
II. Neoplasias (tumores)	401	355	374
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	20	18	15
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	213	179	203
V. Transtornos mentais e comportamentais	8	4	11
VI. Doenças do sistema nervoso	49	53	84
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	621	596	580

Capítulo CID-10	2015	2016	2017
X. Doenças do aparelho respiratório	315	337	355
XI. Doenças do aparelho digestivo	133	143	125
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	8	9	14
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	7	10	9
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	69	67	70
XV. Gravidez parto e puerpério	7	3	5
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	90	74	77
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	17	26	22
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	77	57	55
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	498	553	582
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.716</b>	<b>2.647</b>	<b>2.748</b>

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 16/03/2020.

#### • Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Durante o ano de 2019, os dados demográficos e de morbimortalidade finalizaram com a população de 503.445 habitantes, sendo 51,7% do sexo feminino e 48,3 do sexo masculino. A faixa etária de 20 a 29 anos permanece representando 18,2% da população total.

Quanto às causas de internação, atualizado dados do último quadrimestre de 2019, finalizamos com 31.855 internações sendo o maior número permanecendo por Gravidez, parto e puerpério a qual contabilizou 6.534 internações, seguida das doenças do aparelho digestivo com 4.943 internações e doenças infecciosas e parasitárias, com 4.148 internados, esta última causa de internação permanece demonstrando, de forma idêntica a anos anteriores, reflexo da baixa cobertura de saneamento básico no município.

É válido destacamos aqui também, pelos números apresentados, que permanecem ao longo dos anos, as internações por Doenças do aparelho respiratório, com 3.259 internações e Lesões envenenamento e algumas outras consequências causas externas com 3.119 internados.

## 4. Dados da Produção de Serviços no SUS

### 4.1. Produção de Atenção Básica

Considerando a verificação da inconsistência dos dados provenientes do SISAB, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) solicitou a retirada dos dados da Atenção Básica disponibilizados pelos tabuladores do CMD até que os dados sejam corrigidos pela equipe da SAPS.

Em decorrência disso, informamos que o quadro 4.1 Produção da Atenção Básica dos Relatórios – RDQ e RAG permanecerá indisponível até a correção pela referida área. Dessa maneira, os gestores devem informar os dados relativos a produção da Atenção Básica, utilizando os dados das bases locais no campo Análise e Considerações.

### 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	2	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	415	24.270,88	-	-
03 Procedimentos clínicos	315.580	2.601.479,52	18.994	13.452.909,79
04 Procedimentos cirúrgicos	183	5.873,76	8.432	6.246.167,19
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>316.180</b>	<b>2.631.624,16</b>	<b>27.426</b>	<b>19.699.076,98</b>

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 05/10/2020.

### 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	41.511	156.082,39
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
---	---	---

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 05/10/2020.

### 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	117.276	21.934,80	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.073.344	8.861.244,36	-	-
03 Procedimentos clínicos	4.735.961	21.113.108,89	18.996	13.453.745,60
04 Procedimentos cirúrgicos	94.104	5.420.213,36	10.720	8.216.524,28
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	656	22.732,81	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.021.341</b>	<b>35.439.234,22</b>	<b>29.716</b>	<b>21.670.269,88</b>

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 05/10/2020.

#### 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

#### 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	15.053	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	7.985	-
<b>Total</b>	<b>23.038</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 05/10/2020.

#### • Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

A produção de serviços na Rede de Atenção à Saúde do SUS em todas as áreas do setor saúde do município de Ananindeua é proveniente de ações de saúde executadas com a finalidade de alcançar as metas pactuadas na PAS 2019 e até a elaboração deste RAG, não houve mais atualizações nos sistemas, finalizando o ano conforme descrito a seguir:

- Todas as Unidades de Saúde realizaram as ações de atenção básica, ao longo do ano de 2019, aonde a gestão vem buscando implementar e ampliar o acesso da população aos serviços, com qualidade, investindo os recursos financeiros recebidos do PAB Fixo e Variável, além das emendas constitucionais destinadas a este nível de atenção, o qual alcança 82,57% de cobertura populacional.
- A produção de Urgência e Emergência registrou 316.180 procedimentos no SIA, sendo que mais de 90% permanecem sendo procedimentos clínicos e, 27.426 internações no SIH, onde 69,25% são para procedimentos clínicos.
- A produção de Atenção Psicossocial apresentou e aprovou 41.511 atendimentos/acompanhamentos na área, durante o ano de 2019.
- O atendimento ambulatorial especializado e hospitalar registrou 6.021.341 procedimentos no SIA, distribuídos entre procedimentos clínicos, cirúrgicos, com finalidade diagnóstica, ações de promoção e prevenção em saúde e órteses, próteses e materiais especiais, destes, a maioria está em torno dos procedimentos clínicos que totalizam 4.735.961. No SIH foram registrados 29.716 AIHs pagas, onde a maioria são

procedimentos clínicos, 18.996 AIHs e 10.720 procedimentos cirúrgicos.

- A Vigilância em Saúde aprovou 23.038 procedimentos, sendo 15.053 no grupo de ações de promoção e prevenção à saúde e 4.564 procedimentos com finalidade diagnóstica.

## 5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

### 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2019

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	4	4
FARMACIA	0	1	0	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	61	61
HOSPITAL GERAL	0	0	6	6
HOSPITAL ESPECIALIZADO	0	0	1	1
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	2	2
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	33	33
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	0	0	3	3
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	0	2	2
POSTO DE SAUDE	0	0	4	4
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	0	0	1	1
CONSULTORIO ISOLADO	0	0	61	61
PRONTO SOCORRO GERAL	0	0	3	3
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR ISOLADO(HOME CARE)	0	0	1	1
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	46	46
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	0	1	0	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	1	1
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	1	1
POLICLINICA	0	0	6	6
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	4	4
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	7	7
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>248</b>	<b>250</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 13/03/2020.

### 5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2019

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
<b>ADMINISTRACAO PUBLICA</b>				
FUNDACAO PUBLICA DE DIREITO PUBLICO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	4	0	0	4
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	11	0	0	11
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	84	0	0	84
MUNICIPIO	1	0	0	1
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	0	2	0	2
AUTARQUIA ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	1	0	0	1
<b>ENTIDADES EMPRESARIAIS</b>				
SOCIEDADE ANONIMA FECHADA	1	0	0	1
COOPERATIVA	1	0	0	1
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	13	0	0	13
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	23	0	0	23
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)	18	0	0	18
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	56	0	0	56
<b>ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS</b>				
FUNDACAO PRIVADA	1	0	0	1
ASSOCIACAO PRIVADA	4	0	0	4
<b>PESSOAS FISICAS</b>				
PESSOAS FÍSICAS	30	0	0	30
<b>Total</b>	<b>248</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>250</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 13/03/2020.

### 5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- **Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS**

A rede física prestadora de serviços ao SUS, finalizou o ano de 2019 composta por 161 estabelecimentos cadastrados no CNES. Destes, em sua maioria, 97%, são gerenciados pela esfera municipal, totalizando 156 estabelecimentos, onde 73 são Centros de Saúde/Unidades Básicas, com destaque para o Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN, que são em número de 3 sob a gestão municipal, localizados na UMS Coqueiro, UMS Cidade Nova VIII e UMS Águas Lindas.

A gerência estadual encontra-se em 5 estabelecimentos, sendo 1 farmácia e 4 Pronto-Socorro especializados. As entidades sem fins lucrativos, somam 4 estabelecimentos e são de natureza jurídica associação privada.

## 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 01/2019

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	23	71	90	412	799
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	37	1	1	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	1	0
	Bolsistas (07)	23	1	15	1	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	8	0	2	0	0
	Celetistas (0105)	15	16	28	144	0
	Autônomos (0209, 0210)	253	10	96	11	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	1	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	306	99	308	684	64
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	37	10	70	137	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/07/2020.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2015	2016	2017	2018	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	201	426	758	1.612	
	Celetistas (0105)	868	1.007	1.046	1.034	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	12	12	11	0	
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	4	
			0	0	0	0

Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	11	12	15	24
	Bolsistas (07)	45	66	269	317
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	4.943	11.065	14.961	15.570
	Residentes e estagiários (05, 06)	7	0	0	2
		0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2015	2016	2017	2018
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	198	605	837	1.552
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	3.333	6.696	7.054	9.712

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/07/2020.

#### • Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Quanto aos profissionais que trabalham no SUS de Ananindeua-Pará, após análise dos dados do CNES, finalizamos 2019, considerando o período 12/2019 com o seguinte cenário de trabalhadores do SUS:

- A maioria dos profissionais de saúde está cadastrada e pertence aos estabelecimentos de administração pública, com a forma de contratação Estatutários ou Empregados Públicos, totalizando 4359 profissionais, destes, cerca de 50% são de nível médio e 21% são Agentes Comunitários de Saúde. Os médicos cadastrados reduziram para 613, enfermeiros aumentou para 197 enfermeiros e 486 outros profissionais de nível superior.
- Os Bolsistas, finalizam este quadrimestre com 39 profissionais cadastrados no CNES, sendo 23 médicos, 1 enfermeiro, 14 outros profissionais de nível superior e 1 profissional de nível médio.
- Cadastrados como autônomos na administração pública encontramos 37 médicos, 1 enfermeiro e 1 outros profissionais de nível superior.
- Nos estabelecimentos de administração privada, a maioria são cadastrados como autônomos, 254 profissionais de saúde, sendo 78,34% médicos.

Ressaltamos que o CNES, durante o ano de 2019, foi atualizado mensalmente de forma rotineira pela diretoria de Regulação da SESAU.

## 7. Programação Anual de Saúde - PAS

### 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

**DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especial, ambulatorial e hospitalar, garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.**

**OBJETIVO Nº 1.1 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especial, ambulatorial e hospitalar.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Percentual	87	Percentual	83,52	90,00	Percentual	98,25
2. Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para % equipes de saúde bucal implantadas.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual	52	Percentual	36,42	55,00	Percentual	70,03
3. Aumentar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada.	Percentual	3.75	Percentual	0	5,00	Percentual	0
4. Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Percentual	90	Percentual	86,64	99,00	Percentual	96,26
5. Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica (Icsab).	Percentual	31.69	Percentual	32,65	27,69	Percentual	96,98
6. Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente.	Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente.	Razão	2.71	Razão	.86	2,80	Razão	31,73
7. Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para a população residente.	Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente.	Razão	4.16	Razão	5.01	4,32	Razão	120,43
8. Ampliar o nº de leitos em %.	Número de Leitos hospitalares do SUS por mil habitantes.	Proporção	1.12	Proporção	1,12	1,12	Proporção	100,00
9. Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço Webservice, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.	Percentual de municípios com o Sistema Hórus implantado ou enviando conjunto de dados por meio do serviço Webservice.	Proporção	50	Proporção	50	70,00	Percentual	100,00
10. Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame citopatológico a cada três anos.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Razão	.18	Razão	.02	0,18	Razão	44,44
11. Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	Razão	.8	Razão	.27	0,80	Razão	33,75
12. Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica.	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	Percentual	100	Percentual	100	100,00	Percentual	100,00

**DIRETRIZ Nº 2 - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.**

**OBJETIVO Nº 2.1 - Aprimorar e implantar as redes de atenção à saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da rede de urgência e emergência, rede cegonha, rede de atenção psicossocial, rede de cuidados à pessoa com deficiência, e da rede de atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos.	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Proporção	5	Proporção	15.71	4,85	Proporção	0
2. Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de Pré e Natal.	Proporção	52	Proporção	45.72	54,00	Proporção	87,92
3. Ampliar o nº de pessoas assistidas em hospitais quando acidentadas.	Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente.	Proporção	55	Proporção	51.3	65,00	Proporção	93,27
4. Reduzir X% os óbitos nas internações por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM).	Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM).	Proporção	24.29	Proporção	0	19,60	Proporção	100,00
5. Aumentar a proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Proporção	98	Proporção	98.57	98,00	Proporção	100,58
6. Aumentar o X % de parto normal.	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	Proporção	48	Proporção	40.76	50,00	Proporção	84,90
7. Aumentar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu e 192).	Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU e 192).	Percentual	100	Percentual	100	100,00	Percentual	100,00

**OBJETIVO Nº 2.2** - Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Reduzir a mortalidade infantil.	Taxa de mortalidade infantil	Taxa	11.15	Taxa	12.6	10,00	Taxa	113,00
2. Reduzir o número de óbitos maternos	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número	1	Número	2	1	Número	50,00
3. Investigar os Óbitos materno em Idade fértil (MIF)	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	Proporção	72.8	Proporção	78.91	75,70	Proporção	108,39
4. Investigar os óbitos maternos.	Proporção de óbitos maternos investigados em determinado período e local de residência.	Proporção	84	Proporção	100	95,00	Proporção	117,64
5. Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	Nº de unidades de saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado.	Número	8	Número	4	12	Número	50,00

**DIRETRIZ Nº 3** - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

**OBJETIVO Nº 3.1** - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Reduzir a incidência de sífilis congênita	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Número	50	Número	43	50	Número	86,00
2. Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT e doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Taxa	217,3	Taxa	298,85	208,70	Taxa	82,48
3. Alcançar, nacionalmente, em pelo menos 75% dos municípios, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança.	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	Proporção	75	Proporção	0	75,00	Proporção	0
4. Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	Proporção	85	Proporção	81,76	85,00	Proporção	96,18
5. Realizar exames anti-HIV em 100% dos casos novos de tuberculose.	Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	Proporção	100	Proporção	52,14	100,00	Proporção	52,14
6. Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos.	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	Número	0	Número	0	0	Número	0
7. Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes.	Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção	80	Proporção	88,11	80,00	Proporção	110,12
8. Aumentar 80% dos contatos examinados dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes.	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase.	Proporção	85	Proporção	72,13	85,00	Proporção	84,85
9. Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica.	Número de Casos Autóctones de Malária	Número	0	Número	0	0	Número	100,00
10. Reduzir o numero absoluto de óbito por dengue	Número absoluto de óbitos por dengue.	Número	0	Número	0	0	Número	100,00
11. Realizar visitas domiciliares para controle da dengue.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Número	6	Número	0	6	Número	0
12. Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Proporção	52	Proporção	37,14	54,00	Proporção	71,42
13. Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos.	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção	100	Proporção	100	100,00	Proporção	100,00

**OBJETIVO Nº 3.2** - Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	Percentual	100	Percentual	57,14	100,00	Percentual	57,14
2. Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (Sinan), em até 60 dias a partir da data de notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Proporção	80	Proporção	13	80,00	Proporção	16,25

**DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecer o papel do estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas, pela década de gestão do trabalho e educação em saúde, iniciada em 2013.**

**OBJETIVO Nº 4.1 - Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas.	Proporção	100	Proporção	100	100,00	Proporção	100,00
2. Ampliar o número de pontos do Telessaúde Brasil Redes.	Número de pontos do Telessaúde Brasil Redes implantados.	Número	18	Número	0	25	Número	0

**OBJETIVO Nº 4.2 - Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS - Desprecarizar o trabalho em saúde nos serviços do SUS da esfera pública na região de Saúde.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Número de mesas (ou espaços formais) municipais ou estaduais de negociação do SUS, implantados e em funcionamento.	Número de mesas ou espaços formais municipais e estaduais de negociação permanente do SUS, implantados e/ou mantidos em funcionamento.	Número	1	Número	0	1	Número	0

**DIRETRIZ Nº 5 - Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e união, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.**

**OBJETIVO Nº 5.1 - Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Ampliar o número de planos de saúde enviados aos conselhos de saúde.	Plano de Saúde enviado ao Conselho de Saúde.	Número	1	Número	1	1	Número	100,00

**DIRETRIZ Nº 6 - Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.**

**OBJETIVO Nº 6.1** - Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2019	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Implantação de um serviço de ouvidoria.	Implantação de um serviço de ouvidoria.	Número	1	Número	1	1	Número	100,00
2. Estruturação do componente municipal/estadual do SNA.	Componente do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) estruturado.	Número	1	Número	1	1	Número	100,00

**Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção**

Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício
122 - Administração Geral	Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos.	5,00
	Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	83,52
	Implantação de um serviço de ouvidoria.	1
	Ampliar o número de planos de saúde enviados aos conselhos de saúde.	1
	Número de mesas (ou espaços formais) municipais ou estaduais de negociação do SUS, implantados e em funcionamento.	0
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	100,00
	Reduzir a incidência de sífilis congênita	43
	Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	57,14
	Reduzir a mortalidade infantil.	12,60
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	45,72
	Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para % equipes de saúde bucal implantadas.	36,42
	Estruturação do componente municipal/estadual do SNA.	1
	Ampliar o número de pontos do Telessaúde Brasil Redes.	0
	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	298,85
	Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (Sinan), em até 60 dias a partir da data de notificação.	13,00
	Reduzir o número de óbitos maternos	2
	Ampliar o nº de pessoas assistidas em hospitais quando acidentadas.	51,30
	Aumentar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	0,00
	Alcançar, nacionalmente, em pelo menos 75% dos municípios, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança.	0,00
	Investigar os Óbitos materno em Idade fértil (MIF)	78,91
Reduzir X% os óbitos nas internações por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM).	0,00	
Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	86,64	
Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	81,76	
Investigar os óbitos maternos.	100,00	
Aumentar a proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	98,57	

	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	32,65
	Realizar exames anti-HIV em 100% dos casos novos de tuberculose.	52,14
	Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	4
	Aumentar o X % de parto normal.	40,76
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente.	0,86
	Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos.	0
	Aumentar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192).	100,00
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para a população residente.	5,01
	Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes.	88,11
	Aumentar 80% dos contatos examinados dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes.	72,13
	Ampliar o nº de leitos em %.	1,12
	Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica.	0
	Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço WebService, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.	50,00
	Reduzir o numero absoluto de óbito por dengue	0
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame citopatológico a cada três anos.	0,02
	Realizar visitas domiciliares para controle da dengue.	0
	Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	0,27
	Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	37,14
	Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica.	100,00
	Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos.	100,00
301 - Atenção Básica	Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos.	5,00
	Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	83,52
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	100,00
	Reduzir a mortalidade infantil.	12,60
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	45,72
	Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para % equipes de saúde bucal implantadas.	36,42
	Ampliar o número de pontos do Telessaúde Brasil Redes.	0
	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT e doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	298,85
	Reduzir o número de óbitos maternos	2
	Aumentar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	0,00
	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	86,64
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	32,65
	Aumentar o X % de parto normal.	40,76
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame citopatológico a cada três anos.	0,02
	Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	0,27
	Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica.	100,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Reduzir a incidência de sífilis congênita	50
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	45,72
	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT e doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	298,85

	Reduzir o número de óbitos maternos	2
	Ampliar o nº de pessoas assistidas em hospitais quando acidentadas.	51,30
	Reduzir X% os óbitos nas internações por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM).	0,00
	Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	81,76
	Realizar exames anti-HIV em 100% dos casos novos de tuberculose.	52,14
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	32,65
	Aumentar o X % de parto normal.	40,76
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente.	0,86
	Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos.	0
	Aumentar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu ;192).	100,00
	Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes.	88,11
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para a população residente.	5,01
	Ampliar o nº de leitos em %.	1,12
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame citopatológico a cada três anos.	0,02
	Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	0,27
	Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica.	100,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço WebService, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.	50,00
304 - Vigilância Sanitária	Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	100,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Reduzir a mortalidade infantil.	11,15
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	100,00
	Reduzir a incidência de sífilis congênita	43
	Reduzir o número de óbitos maternos	2
	Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (Sinan), em até 60 dias a partir da data de notificação.	13,00
	Investigar os Óbitos materno em Idade fértil (MIF)	78,91
	Alcançar, nacionalmente, em pelo menos 75% dos municípios, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança.	0,00
	Investigar os óbitos maternos.	100,00
	Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	81,76
	Aumentar a proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	98,57
	Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	4
	Realizar exames anti-HIV em 100% dos casos novos de tuberculose.	52,14
	Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos.	0
	Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes.	88,11
	Aumentar 80% dos contatos examinados dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes.	72,13
	Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica.	0
	Reduzir o numero absoluto de óbito por dengue	0
	Realizar visitas domiciliares para controle da dengue.	0

	Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	37,14
	Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos.	100,00
306 - Alimentação e Nutrição	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	100,00
	Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	83,52
	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	86,64

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte									
Subfunções da Saúde	Natureza da Despesa	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	197.200,00	152.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	762.125,00	1.111.325,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	35.743.001,00	1.800.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	37.543.001,00
	Capital	220.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	220.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	5.567.160,00	55.190.064,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	60.757.224,00
	Capital	1.134.850,00	11.084.050,00	N/A	1.100.000,00	N/A	N/A	N/A	13.318.900,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	118.000,00	115.428.576,00	2.900.000,00	1.000.000,00	N/A	N/A	12.000.000,00	131.446.576,00
	Capital	474.000,00	4.540.000,00	N/A	800.000,00	N/A	N/A	N/A	5.814.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	3.086.434,00	3.244.420,00	2.000.000,00	N/A	N/A	N/A	100.000,00	8.430.854,00
	Capital	35.000,00	959.914,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	994.914,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	33.000,00	105.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	138.000,00
	Capital	15.000,00	550.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	565.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	1.216.517,00	9.149.700,00	1.300.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	11.666.217,00
	Capital	121.150,00	2.127.005,00	N/A	100.000,00	N/A	N/A	N/A	2.348.155,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	25.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	25.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 21/07/2020.

#### ● Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

De forma geral, considerando a PAS 2019, verificamos que todas as diretrizes traçadas tiveram, de certa forma, a busca de seus objetivos com a execução das ações planejadas pelos diversos setores desta SESAU, em consonância com os recursos financeiros disponíveis, advindos das três esferas de governo, além de emendas parlamentares e programas de saúde de natureza corrente e capital, totalizando por bloco, seguintes valores:

Atenção Básica: Corrente R\$ 60.757.224,00; Capital R\$ 13.318.900,00;

Assistência Hospitalar e Ambulatorial: Corrente R\$ 131.446.576,00; Capital R\$ 5.814.000,00;

Suporte Profilático e Terapêutico: Corrente R\$ 8.430.854,00; Capital R\$ 994.914,00;

Vigilância Sanitária: Corrente R\$ 138.000,00; Capital R\$ 565.000,00;

Vigilância Epidemiológica: Corrente R\$ 11.666.217,00; Capital R\$ 2.348.155,00;

Sendo assim, na diretriz que define a ampliação e qualificação do acesso aos serviços de saúde com qualidade na atenção básica, ambulatorial e hospitalar enfatizamos a execução de ações imprescindíveis para o alcance do objetivo como: Manutenção da rede atenção básica com cobertura de equipes de saúde bucal (ESB) de 36,42% e 86,64% cobertura de atenção básica realizando o acompanhamento das condicionalidades dos beneficiários do Programa Bolsa Família, manutenção do programa de carências nutricionais em todas as UBS, manutenção de 116 ESFs, 33 ESB, 01 NASF e 01 CEO no Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, realização de Ações educativas de promoção da saúde nas escolas com o Programa Saúde na Escola, integrado às diversas áreas de atenção: saúde bucal, IST/HIV, Vigilância Ambiental, saúde do adolescente, entre outras. Os Profissionais receberam capacitação nos diversos sistemas de informação da atenção básica. Ações educativas foram realizadas em alusão aos diversos temas em saúde como janeiro branco (saúde mental), fevereiro roxo (Lúpus e Fibromialgia) e Laranja (Alzheimer e Leucemia), março lilás (PCCU), Maio Vermelho (Hepatites), Junho Vermelho (anemia, câncer, hepatites virais e câncer ósseo) e agosto dourado (amamentação exclusiva).

Mantidas durante este ano de 2019 também, o NASF, Academia da Saúde, Projeto PRO/PET/Residências, os quais implementam e contribuem com a qualificação da rede de atenção. Para a implementação da rede de média e alta complexidade, foi realizada a Chamada Pública para a contratação de serviços de saúde ambulatorial especializado e hospitalar. A coleta de citologia oncológica e a realização da mamografia de rastreamento das mulheres na faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde precisam ser implementadas para o alcance das metas propostas e os objetivos da diretriz. A rede de atenção psicossocial foi mantida em todas as UBS e CAPS implantados no município. O cuidado integral e vinculação da pessoa com deficiência é realizado na rede de atenção básica do município e monitorado pelo SISAB. A rede de abastecimento farmacêutico esteve em funcionamento e disponibilizou medicamentos e materiais técnicos para todas as UBS e Unidades de Urgência e Emergência, onde em 22 farmácias já estão com sistema Hórus implantado e funcionando.

Quanto ao objetivo de aprimorar e implantar as redes de atenção à saúde com ênfase na sua articulação destacamos a realização de ações de manutenção da Rede Cegonha e capacitação dos profissionais em registros de óbitos com causa básica definida. Contudo, é válido destacar que a rede de atenção à saúde mesmo mantendo o Programa de Planejamento Reprodutivo e realizado ações nas escolas através do PSE, sobre gravidez na adolescência, ainda precisa executar ações mais efetivas para o alcance da meta pactuada, reduzindo a incidência de gravidez na faixa etária de 10 a 19 anos. Cumprindo ainda com esta diretriz, foi criado, ainda, o fluxo de divulgação dos serviços de urgência e emergência. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192 manteve-se com 3 ambulâncias USB e 1 ambulância USA. A rede de urgência também compõe-se de 4 UPAS e 3 unidades de urgência e emergência municipais, as quais dispõem de uma ambulância tipo A cada uma.

Para a prevenção e redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio de ações de vigilância, promoção e proteção, desenvolveu-se ações para reduzir o índice de sífilis congênita, ofertando exames laboratoriais e testes rápidos, além do tratamento adequado dos casos positivos para a mãe e para o filho. Os programas de saúde do homem, do idoso e HIPERDIA foram implementados com vistas a prevenção de doenças crônicas. A vacinação dos menores de 2 anos foi garantida, assim como de outras faixa etárias e a realização de campanhas de vacinação e capacitação dos profissionais na área de imunização, conforme a necessidade. Ações de controle de tuberculose e hanseníase foram realizadas conforme o programado. Quanto a redução da incidência de AIDS, temos a manutenção do programa com a oferta de exames laboratoriais e testes rápidos e tratamento adequados para detecção e controle dos casos. As ações de vigilância ambiental são desenvolvidas, porém, ainda não alcançamos o mínimo de 80% de domicílios visitados em um ciclo da dengue, devido a falta de ACE.

No que se refere às ações de vigilância sanitária, das 7 ações obrigatórias, a SESAU realizou 5, como o cadastramento e inspeção de estabelecimentos, recebimento de denúncias, coleta de alimentos, entre outros elementos, sujeitos a inspeção sanitária e ações de promoção da saúde, dentre outras relativas ao setor.

Em se tratando de encerramento de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI), a vigilância em saúde realizou cursos e treinamentos para os profissionais e garantiu a coleta de sorologia para as DNCI, principalmente nos casos suspeitos de sarampo.

As ações de educação permanente foram implementadas com destaque para a realização de curso de humanização para os profissionais e o fortalecimento das parcerias com as IES, totalizando 16 estabelecimentos vinculados com a SESAU.

As ações do Conselho Municipal de Saúde forma mantidas e apoiadas pela gestão municipal, assim como as atribuições da Diretoria de Planejamento, as quais alcançaram sua meta e as ações realizadas conforme a programação 2019.

O setor de ouvidoria desenvolveu ações de envolvimento com as equipes, mostrando as diretrizes do Ouvidor SUS e o espaço de cidadania como gestão.

## 8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2019	Resultado do quadrimestre	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	217,30	298,85	82,48	Taxa
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	72,80	78,91	108,37	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	98,00	98,57	100,58	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	75,00	0,00	0	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	80,00	13,00	16,25	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	80,00	88,11	110,12	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	0	0	100,00	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	50	43	86,00	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	0	100,00	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	52,00	56,02	107,73	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,18	0,08	44,44	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,80	0,27	33,75	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	48,00	40,76	84,90	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	5,00	15,71	0	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	11,15	12,60	113,00	Taxa
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	1	2	50,00	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	90,00	86,64	96,26	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	87,00	83,52	98,25	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	52,00	36,42	70,03	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	100,00	100,00	100,00	Percentual

22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	6	0	0	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	100,00	100,00	100,00	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 21/07/2020.

#### • Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

Não diferente da avaliação do último quadrimestre de 2019, no acompanhamento dos indicadores de Pactuação Interfederativa, neste ano de 2019, percebemos que os indicadores de nº 1 e 15 permanecem bloqueados para registro dos valores via sistema DIGISUS, referentes às DCNT e à taxa de mortalidade infantil.

Desta forma, dos 21 indicadores, alcançamos resultados positivos em 30% deles, referentes à investigação de óbitos de mulheres em idade fértil, registro de óbitos com causa básica definida, ausência de casos autóctones de malária, redução do número de casos de sífilis congênita detectados, ausência de casos de Aids em menores de 5 anos, realização de matriciamentos pelos CAPS e preenchimento do campo 'ocupação' nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.

Apesar da considerável cobertura de atenção básica, 86,64% da população, permanecem ainda com a necessidade de implementação de ações efetivas, a mortalidade prematura pelo conjunto das 4 principais DCNT, cobertura de vacinação dos menores de 2 anos, encerramento das DNCI, cura de casos novos de hanseníase, análise de água para consumo humano, prevenção do câncer de colo de útero e mama, prevenção de gravidez na adolescência, incentivo ao parto normal, redução de óbitos maternos, acompanhamento do Programa Bolsa Família e controle da dengue.

## 9. Execução Orçamentária e Financeira

### 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção									
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
Atenção Básica									
Corrente	289.931,02	5.301.974,60	58.805.082,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.396.988,09
Capital	0,00	25.095,91	170.063,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.159,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Corrente	0,00	318.295,98	127.721.498,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.752.865,14	130.792.659,28
Capital	0,00	40.453,49	1.739.685,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.780.138,63
Suporte Profilático e Terapêutico									
Corrente	0,00	55.035,72	1.433.285,41	594.793,68	0,00	0,00	0,00	0,00	2.083.114,81
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária									
Corrente	0,00	18.290,88	111.465,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.756,44
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica									
Corrente	0,00	1.113.323,49	8.187.772,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.301.095,69
Capital	0,00	0,00	24.571,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.571,70
Alimentação e Nutrição									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções									
Corrente	1.651.051,36	39.473.392,17	1.800.011,62	0,00	0,00	0,00	0,00	52.959,64	42.977.414,79
Capital	0,00	523.512,92	12.243,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	535.756,80
<b>Total</b>	<b>1.940.982,38</b>	<b>46.869.375,16</b>	<b>200.005.679,54</b>	<b>594.793,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.805.824,78</b>	<b>252.216.655,54</b>

(\*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde  
 2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 16/03/2020.

### 9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	11,86 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	70,35 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	29,83 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	95,64 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	56,16 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	37,78 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 479,90
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	46,20 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	1,77 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	28,83 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	1,01 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	6,48 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	67,15 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	16,00 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 16/03/2020.

### 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	84.425.876,00	84.425.876,00	91.928.754,82	108,89
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	17.839.000,00	17.839.000,00	15.327.389,12	85,92
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	8.438.000,00	8.438.000,00	5.679.611,20	67,31
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	46.096.001,00	46.096.001,00	56.844.006,04	123,32
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.523.000,00	8.523.000,00	10.119.127,31	118,73
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	767.875,00	767.875,00	462.295,60	60,20
Dívida Ativa dos Impostos	2.312.000,00	2.312.000,00	2.823.675,47	122,13
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	450.000,00	450.000,00	672.650,08	149,48
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	235.316.204,00	235.316.204,00	200.927.587,04	85,39

Cota-Parte FPM	83.154.322,00	83.154.322,00	80.398.381,86	96,69
Cota-Parte ITR	79.258,00	79.258,00	2.915,91	3,68
Cota-Parte IPVA	26.897.581,00	26.897.581,00	26.283.731,80	97,72
Cota-Parte ICMS	119.000.000,00	119.000.000,00	91.728.906,19	77,08
Cota-Parte IPI-Exportação	5.056.724,00	5.056.724,00	2.513.651,28	49,71
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.128.319,00	1.128.319,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.128.319,00	1.128.319,00	0,00	0,00
Outras				
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>319.742.080,00</b>	<b>319.742.080,00</b>	<b>292.856.341,86</b>	<b>91,59</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	221.233.804,00	221.233.804,00	169.361.405,96	76,55
Provenientes da União	214.171.679,00	214.171.679,00	161.978.793,12	75,63
Provenientes dos Estados	6.200.000,00	6.200.000,00	6.917.412,35	111,57
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	862.125,00	862.125,00	465.200,49	53,96
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>221.233.804,00</b>	<b>221.233.804,00</b>	<b>169.361.405,96</b>	<b>76,55</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	251.118.197,00	281.852.921,27	249.681.029,10	0,00	88,59
Pessoal e Encargos Sociais	122.214.629,00	122.061.788,33	116.532.871,21	0,00	95,47
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	128.903.568,00	159.791.132,94	133.148.157,89	0,00	83,33
DESPESAS DE CAPITAL	23.260.969,00	15.411.698,61	2.535.626,44	0,00	16,45
Investimentos	23.260.969,00	15.411.698,61	2.535.626,44	0,00	16,45

Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>274.379.166,00</b>	<b>297.264.619,88</b>		<b>252.216.655,54</b>	<b>84,85</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i) / IV(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	247.180.127,53	205.347.280,38	0,00	81,42
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	231.318.002,53	200.600.473,22	0,00	79,53
Recursos de Operações de Crédito	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	15.862.125,00	4.746.807,16	0,00	1,88
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	N/A	N/A	N/A	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>		<b>N/A</b>		<b>205.347.280,38</b>	<b>81,42</b>

<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))]</b>			N/A		46.869.375,16
--	--	--	-----	--	---------------

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(h+i) / IIIb x 100] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%<sup>4</sup></b>					16,00
--	--	--	--	--	-------

<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h+i)-(15*IIIb)/100]</b>					2.940.923,89
---	--	--	--	--	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	4.543,25	0,00	0,00	4.543,25	0,00
Inscritos em exercícios anteriores	295.714,18	0,00	295.714,18	0,00	0,00
Total	300.257,43	0,00	295.714,18	4.543,25	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2019	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% [(l+m) / total(l+m)]x100
Atenção Básica	74.076.124,00	79.474.162,19	64.592.147,40	0,00	25,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	137.260.576,00	151.633.945,48	132.572.797,91	0,00	52,56
Suporte Profilático e Terapêutico	9.425.768,00	6.369.908,72	2.083.114,81	0,00	0,83
Vigilância Sanitária	703.000,00	676.811,88	129.756,44	0,00	0,05
Vigilância Epidemiológica	14.014.372,00	13.961.833,90	9.325.667,39	0,00	3,70

Alimentação e Nutrição	25.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	38.874.326,00	45.137.957,71	43.513.171,59	0,00	17,25
<b>Total</b>	<b>274.379.166,00</b>	<b>297.264.619,88</b>		<b>252.216.655,54</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SIOPS, Ananindeua/PA, data e hora da homologação dos dados pelo gestor: 14/02/20 09:30:24

1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .

#### 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2019 (Fonte: FNS)	Valor Executado
------------------------	-----------------------	---	-----------------

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

#### DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO ; Despesas com Saúde

De acordo com as bases legais do SUS ,como: Portaria nº 204/GM de 29 de janeiro de 2007, Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011, Decreto Nº 7.827 de 16 de outubro de 2015 e Lei Complementar Nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamentam o financiamento, a transferência de recursos e o percentual mínimo a ser aplicado em saúde, é que são movimentados através do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as diretrizes do SUS e a finalidade de cada bloco de financiamento. Estes recursos foram utilizados na aquisição de bens, insumos e serviços para a manutenção da saúde no município de Ananindeua. Para 2018, foi aprovada uma programação orçamentária inicial de R\$ 274.379.166,00, e atualizada para R\$ 297.264.619,88, distribuído por sub-função: ATENÇÃO BÁSICA: R\$ 79.474.162,19; ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL: R\$ 151.633.945,48; SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO R\$ 6.369.908,72; VIGILÂNCIA SANITÁRIA R\$ 676.811,88; VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA R\$ 13.961.833,90; ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO R\$ 10.000,00; OUTRAS SUB-FUNÇÕES R\$ 45.137.957,71.

#### INDICADORES FINANCEIROS

Os dados demonstrados nos indicadores financeiros apresentam o grau de independência em relação aos repasses de recursos transferidos por outras esferas de governo no financiamento da saúde local. As despesas com saúde financiadas com receita própria municipal aplicada em saúde conforme a LC 141/2012 representaram 16,00%, indicando o cumprimento mínimo exigido, sendo que 11,86% destes recursos são provenientes de impostos arrecadados na receita total do município e 70,35% são transferidos por outras esferas governamentais. Os gastos com despesas total com saúde, por habitante, sob responsabilidade do município ficaram em R\$ 479,90. Os repasses de incentivos financeiros para a saúde representaram 37,78% do total de recursos transferidos para o município.

#### DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

A Utilização dos recursos das despesas empenhadas e liquidadas, conforme os blocos de financiamento. Sendo assim, na ATENÇÃO BÁSICA as despesas empenhadas foram de R\$ 64.592.147,40, as liquidadas no valor de R\$ 64.592.147,40; na ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL foram empenhadas 132.572.797,91, liquidadas R\$ 132.572.797,91; na SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO empenharam-se R\$ 2.083.114,81, liquidadas R\$ R\$ 2.083.114,81; na VIGILÂNCIA SANITÁRIA foram empenhadas R\$ 129.756,44, liquidadas R\$ 129.756,44; na VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA foram empenhadas R\$ 9.325.667,39, liquidadas R\$ 9.325.667,39; na ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO foram empenhadas R\$ 0,00, liquidadas R\$ 0,00; OUTRAS SUBFUNÇÕES empenhadas R\$ 43.513.171,59, liquidadas R\$ 43.513.171,59.

## 10. Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
	Ministério Público Estadual	ARI GONCALVES CENTRO DE HEMODIALISE ARI GONCALVES LTDA	-	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 21/07/2020.

---

### Outras Auditorias

---

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 21/07/2020.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Até o momento, não obtivemos respostas, quanto as recomendações e encaminhamentos da auditoria ARI GONÇALVES CENTRO DE HEMODIALISE ARI GONÇALVES LTDA, demandada pelo Ministério Público Estadual.

## 11. Análises e Considerações Gerais

Com a finalidade de alcançar o desenvolvimento e novas conquistas, traçados no Plano Plurianual 2018-2021, a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua - SESAU - apresentou o desenvolvimento de ações e metas/indicadores alcançados, conforme planejados na Programação Anual de Saúde 2019, neste Relatório Anual de Gestão (RAG), em consonância com a legislação vigente.

As informações que compõem este relatório são oriundas das diretorias e coordenações desta SESAU e demonstram além os resultados alcançados, os incentivos financeiros investidos na extensa rede de atendimento à saúde municipal, sendo que estes ficaram na ordem de R\$ 252.216.655,54 de despesas liquidadas, financiadas pelas três esferas de governo, onde a contrapartida municipal alcançou 16% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012, tendo o município de Ananindeua investido, em 2019, R\$ 479,90/habitante/ano.

As ações realizadas buscaram qualificação do acesso aos serviços de saúde com qualidade na atenção básica, ambulatorial e hospitalar, mantendo a rede de atenção básica, incluindo a assistência farmacêutica, equipes de saúde da família, equipes de saúde bucal, as quais desenvolvem todos os programas prioritários de saúde, além do Programa Saúde na Escola e Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, desenvolvendo diversas ações educativas e recebendo capacitação dos profissionais, nas diversas áreas de atenção à saúde. Destacamos aqui também, a realização da Chamada Pública, a qual realinou e atualizou a oferta de consultas e procedimentos de média e alta complexidade.

Com relação ao aprimoramento e implantação das redes de atenção à saúde com ênfase na sua articulação, mantivemos todas as redes implantadas como a Rede cegonha, a Rede de atenção à Urgência e Emergência e a Rede de Atenção Psicossocial, desenvolvendo todas as suas atribuições, conforme as possibilidades.

Para a prevenção e redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio de ações de vigilância, promoção e proteção, a Diretoria de Vigilância em Saúde cumpriu com a sua programação ofertando os serviços de vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária, além da saúde do trabalhador e ações de combate ao tabagismo. Neste segmento também foi ofertado na rede de atenção programas de controle da hipertensão e diabetes.

As ações de educação permanente foram implementadas, assim como as ações do Conselho municipal de Saúde apoiadas pela gestão, conforme já foi demonstrado.

Em tempo, ressalta a nossa visão que os resultados de algumas metas/indicadores de saúde demonstram que alguns problemas de saúde precisam ser corrigidos com a necessidade de maior atenção em algumas áreas como: Imunização, Vigilância Ambiental, Saúde Bucal e Prevenção do Câncer de Colo de útero e Mama, as quais pedem regularidade na sua oferta de rotina e necessidade de registros regular de informações.

## 12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Como recomendação para a Próxima programação de saúde é fundamental que a mesma sempre esteja em consonância com o Plano Municipal de Saúde em vigência, considerando sempre o que já foi proposto anteriormente e ainda não foi efetivado, trazendo sempre a necessidade do cenário atual.

Desta forma, para que este processo de planejamento, controle e avaliação das ações se mantenha, conforme descrito nos instrumentos de gestão, é necessário, não diferente de anos anteriores:

- Integração das diretorias, coordenações, Polos Sanitários e equipes de saúde para garantir o alcance das metas pactuadas;
- Maior comprometimento profissional para desenvolverem as ações pactuadas e envio dos relatórios da execução das mesmas para os Programas de Saúde.

---

PAULO SAINT JEAN TRINDADE CAMPOS  
Secretário(a) de Saúde  
ANANINDEUA/PA, 2019

## Parecer do Conselho de Saúde

### Identificação

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua nada tem a acrescentar neste item de identificação.

### Introdução

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua nada tem a acrescentar neste item de introdução.

### Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua está de acordo com a gestão quanto a análise dos dados demográficos e de morbimortalidade.

### Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua está de acordo com a gestão quanto a análise dos dados da produção de serviços no SUS.

### Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua está de acordo com a gestão quanto a análise dos dados da rede física prestadora de serviços ao SUS.

### Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua está de acordo com a gestão quanto a análise dos dados referente a profissionais de saúde trabalhando no SUS.

### Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua está de acordo com a gestão quanto a análise da programação anual de saúde, executada durante este ano de 2019 e nada tem a acrescentar.

### Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua está de acordo com a gestão quanto a apuração e análise dos indicadores de pactuação

interfederativa do ano de 2019.

## Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua, após explanação da equipe técnica de contabilidade, está de acordo com a gestão quanto a execução orçamentária e financeira do ano de 2019.

## Auditorias

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua nada tem a acrescentar neste item de auditorias, ressaltando que também não recebeu informações quanto s recomendações e encaminhamentos da auditoria ARI GONÇALVES CENTRO DE HEMODIALISE ARI GONÇALVES LTDA, demandada pelo Ministério Público Estadual.

## Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua nada tem a acrescentar neste item e está de acordo com a gestão.

## Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

Devolvido à gestão para preenchimento do item 8.

O Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua acrescentar neste item:

- Relatórios de prestação de contas e relatório anual de gestão sejam encaminhados ao conselho municipal de saúde em tempo hábil para análise dos membros e apreciação.

Data do parecer: 05/10/2020

Status do Parecer: Aprovado

ANANINDEUA/PA, 05 de Outubro de 2020

---

Conselho Municipal de Saúde de Ananindeua